

A gestão democrática via conselhos escolares: análise de experiências em Baturité

Ana Cláudia Lima de Assisⁱ 

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

João Batista Lima de Assisⁱⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Jean Mac Cole Tavares Santosⁱⁱⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Resumo

No âmbito da democracia, em tempos neoliberais, no Ceará, centramos esse estudo no processo de democratização da Escola Pública, a partir do Conselho Escolar, trabalhando as relações entre os diferentes atores envolvidos no contexto da escola em termos de partilha de poder. Tomamos como lócus de investigação o município de Baturité, trabalhando com duas escolas públicas da rede estadual de ensino. Para apropriação da realidade educacional do Maciço de Baturité, foi efetivado pesquisa exploratória de mapeamento da realidade, partindo da visão regional para o olhar local. Afirma-se, no cenário de Baturité, um momento marcado por uma euforia e convites à participação. Nesse sentido, levado pelos ventos democráticos, se dá a criação/revitalização de vários conselhos de políticas públicas.

Palavras-chave: Democracia. Conselho Escolar. Educação Crítica.

Democratic management via school councils: analysis of experiences in Baturité

Abstract

In the context of democracy, in neoliberal times, in Ceará, we focused this study on the democratization process of the Public School, starting from the School Council, working on the relationships between the different actors involved in the school context in terms of power sharing. We took the municipality of Baturité as the locus of investigation, working with two public schools in the state school system. For the appropriation of the educational reality of the Massif de Baturité, exploratory research was carried out to map the reality, starting from the regional view to the local view. In the Baturité scenario, a moment marked by euphoria and invitations to participate is affirmed. In this sense, driven by democratic winds, several public policy councils are created / revitalized.

Keywords: Democracy. School Council. Critical Education.



1 Introdução

2

Como presença viva no processo civilizatório da sociedade moderna, a escola desempenha papel decisivo cuja importância emerge com o apogeu da ciência na produção de mercadorias e no comportamento das pessoas. A existência de uma unidade escolar estruturada está associada ao desenvolvimento capitalista que, com a modernidade, infunde a ideia de validade dos conhecimentos científicos, vinculando ciência com a dinâmica civilizatória (MENDES, 2005).

Na construção de um novo cenário educacional brasileiro, a década de 1990 foi deveras relevante, não por simples transformação material da realidade escolar, mas por um conjunto de mudanças, de orientações e diretrizes na gestão do sistema educacional. Ilustrando essa informação, fazemos referência à “Conferência Mundial de Educação para Todos”, ocorrida em 1990, em Jomtien, Tailândia, na qual foi visível a influência de orientações de instituições internacionais.

Vale ressaltar que esse processo neoliberal no Brasil e, particularmente no Ceará, efetiva-se no contexto da democratização, dando-lhe um tom diferente, resignificando-a. Segundo Carvalho, as políticas neoliberais “domesticam a democratização”.

No âmbito dessa democracia, em tempos neoliberais, no Ceará, centramos nosso estudo no processo de democratização da Escola Pública, a partir do Conselho Escolar, trabalhando as relações entre os diferentes atores envolvidos no contexto da Escola em termos de partilha de poder. E assumimos a referência de que esse processo vivenciado na Escola é tecido dentro do contexto das políticas neoliberais, implementadas pelo Estado Brasileiro e, de forma contundente, pelo Estado do Ceará, nos últimos 30 anos.

Tomamos¹ como lócus de investigação o Município de Baturité, trabalhando duas escolas públicas da rede estadual de ensino: A EEF Monsenhor Manoel Cândido - Escola A; EEF Estevão Alves da Rocha – Escola B. Estas duas escolas têm, em comum o fato

¹ Artigo oriundo do trabalho de Dissertação intitulado “Conselho escolar, instrumento de gestão democrática em tempos de políticas neoliberais: experiências em questão no município de Baturité”, defendido por Ana Cláudia Lima de Assis, no ano de 2007, pelo Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.



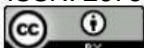


de serem escolas públicas estaduais que atendem a uma população de baixa renda, oriunda dos bairros da periferia e circunvizinhança, estando situadas nos dois extremos da cidade.

A escolha dessas duas escolas, no contexto do município de Baturité deu-se na articulação de dois critérios: o critério da capacidade de mobilização política da comunidade em torno da Escola, ou seja, a Escola como móvel da organização comunitária; a localização espacial, sendo uma Escola na zona sudoeste (Escola A) e outra na zona leste (Escola B) de Baturité, ambas localizadas em bairros populares, respectivamente o bairro Praça da Matriz e o bairro do Putiú. A opção por trabalhar a experiência do Conselho Escolar em duas escolas distintas, se justifica por compreender que, com este encaminhamento, teríamos acesso a um material mais rico que possibilitará discutir, com maior propriedade, os limites e possibilidades desse mecanismo de gestão democrática existente no cenário educacional brasileiro e, particularmente, cearense.

1.1. Conselho Escolar como espaço de construção da gestão democrática: configurações básicas no contexto cearense.

Situando a educação no contexto das políticas públicas, a Constituição Federal de 1988 prevê em seu art. 205 que, A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E prosseguindo no art. 206, § 6º, preconiza “gestão democrática do ensino público na forma da lei”. Historicamente, a discussão da democratização do ensino público restringia-se à ampliação do acesso à escola pública. Contudo, a partir do aprofundamento da luta democrática em oposição à ditadura militar, no final da década de 1970, a questão da democratização das relações no interior das escolas e nos sistemas educacionais passou a ser tema de discussão entre os educadores, transformando-se, em seguida, em bandeira de luta dos movimentos populares organizados.





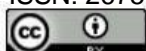
Tratava-se de romper com as formas tradicionais de administração da escola, fundada nos princípios da “hierarquia”, na “competência” e na “confiança”. Sem negar a hierarquização das atribuições, o movimento dos educadores passou a vincular a gestão da escola à qualidade do ensino. Confiança e competência são questões que só podem ser aferidas em processos coletivos com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. A necessidade de além de ampliação das vagas, garantir a qualidade do ensino levou o movimento organizado de educadores, pais e alunos a reivindicar a participação nas decisões sobre questões como gestão dos recursos financeiros, orientações pedagógicas, condições materiais e gestão político-administrativa das escolas.

Sob este prisma, a democratização da escola pública deve implicar não apenas no acesso da população a seus serviços, mas, também, na participação desta na tomada de decisões que dizem respeito ao sucesso da escola. Paulo Freire deixa claro que,

Um maior nível de participação democrática dos alunos, dos professores, das professoras, das mães, dos pais, da comunidade local, de uma escola que, sendo pública, pretenda ir tornando-se popular, democrática, demanda estruturas leves, disponíveis à mudança, descentralizadas, que viabilizem, com rapidez e eficiência, a ação governamental (FREIRE, 2001, p. 75).

Falar em gestão democrática não permite uma conceituação fechada e definitiva. Assim como a escola é um processo ativo e dinâmico de discussão e construção, também a gestão democrática é um processo dialético que precisa crescer e desenvolver-se num debate teórico e prático que mude as relações na escola e ao seu redor mediante a participação de todos os segmentos diretamente envolvidos: alunos, pais ou responsáveis, professores, direção e vice-direção, comunidades mantenedoras, especialistas em educação, universidades, técnico administrativos, conjuntamente com aqueles indiretamente envolvidos: sindicatos, partidos populares, associação de moradores, ONG, etc. Porque a escola não é uma ilha de democracia. Ela precisa estar articulada com o real, com o contexto onde está enraizada.

A democratização da instituição Escola precisa ser entendida como forma de horizontalizar as relações, a partir de um diálogo concebido como esforço coletivo de





superação da exclusão e da fragmentação do currículo, tendo, como instrumento básico, a participação.

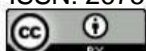
Para iniciar as reflexões acerca do Conselho Escolar como forma de promover a gestão democrática na escola é salutar definir qual o conceito de escola que se pretende abordar. Para isso, destacamos o conceito de Hora, que entende a escola como:

5

Um espaço de livre circulação de ideologias, onde a classe dominante espalha suas concepções, ao mesmo tempo em que permite a ação dos intelectuais orgânicos, rumo ao desenvolvimento de práticas educacionais em busca da democratização (HORA, 1994, p. 34).

Assim, a escola não se caracteriza apenas como agência que reproduz as relações sociais, mas também, como um espaço em que a sociedade reproduz os elementos da própria contradição, sendo, dessa forma, o local onde as forças contraditórias se defrontam. Nesse sentido, assumimos neste trabalho, a compreensão de democratização do ensino como democratização dos processos no interior da escola, que se dá a partir de uma gestão participativa e que tem como objetivos essenciais – a extração do autoritarismo centralizador, a eliminação do binômio dirigentes e dirigidos e a participação efetiva dos componentes da escola (docentes, discentes, funcionários e comunidade local) na tomada de decisões, conscientizando a todos de que eles são os autores da história que se faz no dia-a-dia.

Retomando a discussão sobre a gestão democrática na escola pública, partimos do entendimento de que a mesma está associada a um sistema descentralizado, no qual a instituição escolar tem autonomia de decisão financeira, pedagógica e administrativa, e conta com a participação de seus membros para tomar decisões coletivamente, sem eximir o Estado da manutenção por esta Escola. Dentro dessa compreensão é fácil perceber que, na realidade, as escolas não estão descentralizadas. O que ocorre é uma desconcentração de poder. As escolas continuam atreladas aos órgãos centrais, sem autonomia financeira, pedagógica e administrativa. É preciso considerar que a descentralização, a autonomia e a participação constituem-se em instrumentos de êxito no processo para se concretizar uma gestão democrática.



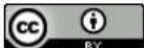


Essa postura implica em romper com muitos paradigmas que fazem parte do cotidiano escolar, fazendo-se necessário promover as mudanças na construção de uma nova escola que, como espaço de construção e reprodução do conhecimento, tenha como objetivo a “formação para a cidadania e para a democracia”. Apesar de não bastar, mas sendo um aspecto importante, é preciso que alunos, professores, funcionários, pais e comunidade local estejam presentes nos espaços de participação e democracia dentro e fora da unidade escolar.

Um desses espaços de participação é o Conselho Escolar, através do qual se buscam a descentralização das ações, o rompimento com o modelo autoritário atual e a criação de uma consciência coletiva entre os integrantes da escola e provocando esperanças de instalação de uma verdadeira democratização das relações no interior da escola pública.

Os Conselhos no Brasil se instituem, até a década de 1980, sob a égide de um País patrimonialista, ou seja, pautado numa concepção de que o Estado pertencia às autoridades. Essa concepção proporcionava, portanto, o predomínio dos Conselhos de notáveis - onde o critério de escolha dos conselheiros, era o do “notório saber” - de caráter governamental, de âmbito estadual e nacional, com destaque especial nas áreas de saúde, educação, cultura e assistência social. Esses Conselhos tinham como atribuições, assessorar o governo na formulação de políticas públicas e concentravam sua atuação nas questões da normatização e do credencialismo dos respectivos sistemas. No entanto, a complexidade da sociedade contemporânea e o processo de democratização do País impuseram à ampliação dos mecanismos de gestão das políticas públicas, dando origem às políticas setoriais, com definição discutida em conselhos próprios e com abrangência muito vasta, desde unidades da federação a programas de governo, redes associativas populares e categorias institucionais.

As formas de organização e as atribuições desses conselhos são muitas, no entanto sua origem radica sempre no desejo de participação na formulação e na gestão das políticas públicas. Aqui se dá uma reformulação na concepção do Estado, passando a figurar como um patrimônio comum a serviço do cidadão, sujeitos portadores de poder



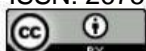


e de direitos relativos à comum qualidade de vida. Os conselhos representam hoje uma estratégia privilegiada de democratização das ações do Estado.

Preliminarmente é importante registrar que a criação dos Conselhos Escolares está disciplinada por uma diretriz nacional, como forma de implementar a gestão democrática na educação pública. Trata-se do art.206, da Constituição Federal de 1988, que institui o princípio da gestão democrática do ensino público, na forma da lei. Por sua vez, a LDB (Lei n. 9394/96), estabeleceu em seus arts. 14 e 15, um princípio e duas diretrizes para implementação do princípio constitucional da gestão democrática, são eles: O princípio “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público (art.15) As diretrizes I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (art.14)

O Conselho Escolar instituído a partir do princípio da gestão democrática se constitui na própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão. Representa, no entanto, a própria escola, sendo a expressão e o veículo do poder da cidadania, da comunidade a quem a escola efetivamente pertence. Os Conselhos Escolares constituem uma estratégia de participação representativa no processo decisório, e tem como pressuposto o exercício de poder, pela participação da “comunidade escolar e local” (LDB, art. 14).

Vários são os conceitos de Conselho Escolar existente, porém adotei a visão de que “o Conselho Escolar deve constituir – se num espaço permanente de debate, geração de ideias, que deverá proporcionar uma prática democrática das relações estabelecidas na dinâmica do sistema escolar”. (PARO, 2001, p.83) A partir da existência dos Conselhos Escolares, se deu o estabelecimento de novos fóruns de participação e de novas formas de relacionamento entre a escola, a família e a comunidade local, proporcionando assim a eclosão de novos sujeitos – pais, alunos, professores, funcionários, comunidade – que buscam o envolvimento nos processos decisórios no interior da Escola. A participação que



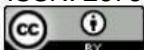


aqui se propõe, não pode jamais, assumir a denotação de algo permitido, dado, atribuído, ou de favor prestado. Trata-se, essencialmente, de exercício de poder. Para tanto, requer do ator participante – comunidade escolar e local - a identificação comunitária, ou seja, o sentimento de pertença. Só há efetiva participação e compromisso quando se adquire a cultura do querer participar para exercer poder sobre o que lhe pertence, o que diz respeito ao seu futuro e a sua vida.

Inserindo essa discussão sobre Conselho Escolar no contexto do Estado do Ceará, identifica-se o Conselho Escolar como um fenômeno presente nas diretrizes da Política Educacional do Estado nas últimas décadas, atuando na busca de consolidação das relações democráticas na escola. Nesse sentido encontra-se em consonância com o cenário nacional de redemocratização, que vem se consolidando a partir da década de 80, e se efetivando em 1988, quando o País viveu a experiência de elaboração de uma nova Constituição Federal, a partir da Participação de diversos segmentos de nossa sociedade.

Os Conselhos sem sombra de dúvida são espaços institucionais importantes para o exercício do controle social. A comunidade e, não apenas o governo deve participar das decisões, propor ações e programas para resolução de seus problemas de educação, saúde, habitação e, principalmente, controlar a qualidade e o modo como está sendo desenvolvida a oferta dos serviços públicos. Deve ainda fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados a todas as políticas públicas. Deve ser ainda considerado como um espaço privilegiado para o exercício político. Representa do ponto de vista da lei, uma iniciativa que possibilita o estabelecimento de novos fóruns de participação e novas formas de relacionamento entre a escola, a família e a comunidade local, configurando-se, desse modo, a instância de poder e gestão democrática da escola no sistema de ensino.

É fato inconteste que até hoje alguns Conselhos Escolares não conseguiram ainda superar o papel de entidade representativa atendo-se a uma representação burocrática, limitando seus espaços de participação a poucas atividades de natureza educacional. De fato, tais conselhos não conseguiram realizar o salto qualitativo para inserção numa perspectiva política transformadora, onde fosse discutido em seu interior o tipo de homem, de sociedade e de educação que se deseja construir. Em verdade, essas limitações são





frutos da frágil formação política dos cidadãos que a compõem, o que denota o longo caminho que ainda há por percorrer no sentido de incitar os cidadãos ao exercício da cidadania na sua forma plena.

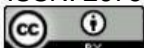
2 Metodologia

9

O esforço reflexivo sobre os Conselhos Escolares em escolas públicas no município de Baturité está inspirado em enfoques e abordagens da sociologia política que busca, criticamente, perceber as contradições da vida social. Particularmente, alio esta abordagem com pistas da sociologia de educação crítica. Para apropriar-me da realidade educacional do Maciço de Baturité, foi efetivado pesquisa exploratória de mapeamento da realidade, partindo da visão regional para o olhar local. No segundo ano, foi realizado um levantamento de dados junto ao CREDE 8, no sentido de delinear um mapa da situação das escolas públicas, no que diz respeito a existência dos Conselhos Escolares, bem como, sua dinâmica de funcionamento. Este mapeamento da realidade revelou um universo, de 16 escolas públicas estaduais na região, além de mais 6 escolas denominadas de anexo, pois não tem autonomia nem diretrizes próprias, estando diretamente vinculadas a outra escola oficialmente legalizada. Dentre essas escolas chamadas de anexo, foi identificado uma escola indígena. As escolas públicas estaduais situadas na região possuíam no período da pesquisa, um universo de 15.581 alunos matriculados. No que se referem à criação dos Conselhos Escolares, todas as escolas criaram seus Conselhos, embora a dinâmica de funcionamento se dê de forma diferenciada.

Dentro desse cenário regional, destaca-se o município de Baturité, com 56 escolas municipais e 14 Conselhos Escolares e 4 escolas da rede estadual e o mesmo número de Conselhos.

O segundo momento da pesquisa de campo, consistiu na visita a CREDE 8 para atualização dos dados estatísticos da realidade educacional de Baturité, bem como dados sobre a situação organizacional das unidades escolares no tocante ao funcionamento dos





organismos colegiados, sobretudo do Conselho Escolar. Enriquecendo o material empírico, foi realizada entrevista junto a três pessoas ligadas ao CREDE, responsáveis pela gestão das escolas públicas. Ainda como parte deste momento, foi realizada visita a SEDUC objetivando obter informações mais gerais sobre o processo de democratização da gestão escolar no cenário cearense, enfocando o diagnóstico dos Conselhos Escolares no Ceará.

Num momento posterior, foi realizada uma entrevista com a professora responsável pela célula de apoio à gestão, ligado a Coordenadoria de Articulação da Gestão Educacional - COGED/SEDUC - objetivando acompanhar o processo de fortalecimento da política implementada anteriormente. De fato, as entrevistas, e os depoimentos da pesquisa de campo favoreceram uma aproximação com a realidade da gestão escolar, o que resultou na obtenção de um rico material empírico.

As análises desenvolvidas no estudo da pesquisa bibliográfica e o contato com os sujeitos envolvidos no processo de implantação, reestruturação e efetivação dos CE's estão consolidados neste artigo que ora apresento.

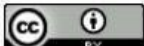
Na perspectiva dialética conferida ao trabalho, seguimos um modelo de exposição que vai do abstrato ao concreto, do teórico para o prático, das questões mais gerais para as mais específicas, buscando chegar ao concreto pensado.

3 Resultados e Discussão

3.1 - A gestão democrática via conselhos escolares: análise de experiências em Baturité

3.1.1 O Conselho Escolar na ótica dos formuladores e implementadores da Política: Olhares dos agentes institucionais.

Não há como garantir que, ao se implantar a democratização da gestão, a escola venha a ser uma instituição democrática, se não há verdadeiramente a apreensão, pelos agentes educacionais, do significado da construção do processo democrático, no cotidiano da escola. Tal apreensão exige momentos de reflexão com grupos de pais, alunos e funcionários, para que estes tomem conhecimento das implicações deste novo processo e não fiquem atônitos com o modelo de gestão para o qual ainda não estão sensibilizados (GESTÃO, 1998, p.19).





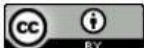
O texto acima mostra a necessidade de que a gestão democrática, ao ser implantada nas escolas públicas, seja articulada e respaldada em grupos de discussão, envolvendo diferentes segmentos que tenham vínculos, de natureza distinta, com a realidade da escola. Na prática, esses grupos são encarnados pelos Conselhos Escolares – C.E. Conforme explicitado anteriormente, no Ceará, os C.Es emergem no final da primeira metade da década de 1990, como um mecanismo de democratização da escola, dentro da então vigente política educacional do Estado. Na verdade, trata-se de um conjunto de reformas educacionais conhecidas com o nome “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”. De fato, tais reformas, alteraram o cotidiano da escola pública cearense.

A responsável pela Coordenadoria de Articulação e Gestão Escolar - CAGE, no período de 1995 a 2002, em seu depoimento sobre os Conselhos Escolares, começa traçando esse cenário das mudanças. Especificamente, traduz o significado de “todos” como elemento definidor da política:

(...) estava presente na vertente de ‘todos’, o princípio da participação e da gestão democrática. Dessa forma, a política da secretaria de educação tinha uma linha de ação muito clara com relação à gestão participativa e democrática que seria uma vertente fundamental para focar a política pública da era Tasso ou, mais precisamente, da era Naspolini (Entrevista concedida a pesquisadora, 2004).

Dentre as reformas, destaca-se a implantação da gestão democrática, objetivando o desencadear de relações pautadas na democracia, no espaço da escola, rompendo com práticas clientelísticas em vigor, sendo, uma delas, a nomeação dos diretores escolares. A SEDUC, à época, através da CAGE e com base no princípio fundante da gestão democrática, envida esforços no sentido de fortalecer a gestão nas escolas públicas.

Segundo a referida coordenadora, a CAGE era considerada pelo então Secretário de Educação, o professor Antenor Naspoline, como o ‘Butantã da Democracia’. Essa metáfora do Butantã significava ser essa coordenadoria um verdadeiro laboratório, responsável por implantar todas as novas experiências de gestão democrática nas escolas públicas estaduais. A Coordenadora, na entrevista já referida, destaca programas-chave empreendidos no processo de democratização: O processo de eleição para diretores das





escolas públicas; a reestruturação, em 1996, das delegacias de educação, criando os CREDE´s – Centro Regional de Educação; o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola; a escolarização da merenda escolar; e a criação e fortalecimento dos Conselhos Escolares. Das ações ressaltadas pela Coordenadora, duas merecem destaque pela sua expressão na democratização do contexto escolar: a primeira refere-se à eleição para diretores nas escolas públicas estaduais, a partir de 1995, através do voto direto de todos os segmentos envolvidos com a escola pública; e a segunda, objetivando dar continuidade ao processo democrático, foi a institucionalização, em 1996, dos Conselhos Escolares. Logo, não se pode pensar em Conselho Escolar no Ceará sem considerar as mudanças e transformações ocorridas na década de 90.

Esse período foi, particularmente, marcado por transformações substanciais para a educação cearense onde se pode perceber uma mudança na política educacional, indicando uma orientação que buscava a inclusão da comunidade nos destinos da escola. Na ótica dos implementadores da política de educação do Ceará, os Conselhos Escolares deveriam ter um caráter transformador, que se daria, tanto nos processos de tomadas de decisões administrativas e pedagógicas como na forma de relacionamento com a sociedade e com órgãos superiores da administração educacional. Os documentos oficiais assim preconizavam:

Os conselhos escolares deveriam ser os coordenadores da ação coletiva, de discussão, de geração de ideias, de administração de conflitos e de busca de alternativas. Contudo, não significa que deva funcionar apenas para solucionar problemas. Seu papel é muito mais relevante, pois visa garantir a formação e a prática democrática, expresso no importante efeito pedagógico que difunde no âmbito da escola (SEDUC, 2002 - Os grifos são meus).

Nos discursos da equipe da SEDUC, identifica-se a ênfase na criação do Conselho Escolar, no sentido do exercício do controle social, com participação nas decisões administrativas e pedagógicas.

A legislação em vigor, definiam às normas que estabelecem os Conselhos Escolares, contidas na Lei Estadual nº 12.622, de 19/09/96, que regulamenta o FADE -





Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Escolas - fundo cearense destinado às escolas da rede estadual. Essa lei dispõe que:

Art. 6º - A deliberação e a fiscalização de aplicação, em cada estabelecimento de ensino, dos recursos do FADE ficarão a cargo do conselho escolar, obedecidas às normas que vierem a ser estabelecidas para sua constituição e funcionamento, sem prejuízo das auditorias de controle interno e externo do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Estado (Lei nº 12.622/96).

13

Cabe ressaltar que nesta regulamentação, também se normatizam os critérios para repassar os recursos. De fato, nem na Lei nº 9424/96, referente ao FUNDEF, essas regras ficaram claramente definidas, apesar de, na alínea IX do art. 4º, da LDB 9394/96, se fazer referência a um "padrão mínimo de qualidade de ensino". Na Lei Estadual nº 12.622/96, esse padrão ficou estabelecido no parágrafo 2º do artigo 3º, assim discriminado: § 2º - Os recursos do Tesouro Estadual, quando destinado aos estabelecimentos da rede estadual de ensino, através do FADE, na conformidade do artigo 4º desta lei serão repassados periodicamente e obedecerão aos seguintes critérios: I - custo aluno-qualidade; II - natureza do serviço prestado pelo estabelecimento de ensino; III - avaliação da qualidade e desempenho da escola. Por fim, com base nessa regulamentação, é explicitado o papel do Conselho Escolar, a partir dos preceitos normativos. Assim, cabe ao Conselho Escolar tanto a tarefa de zelar pelos indicadores educacionais quanto à ação de fiscalizar e decidir de que forma serão gastos os recursos do FADE.

Sem dúvida, é sob essa fundamentação que é pautada toda ação das instituições implementadoras do Conselho Escolar. Dessa forma, a criação do Conselho Escolar funda-se na compreensão, por parte da SEDUC, da questão da ênfase no controle social. Milleski, em obra de 2005, sustenta a seguinte tese:

Controle social está diretamente relacionado com o Estado Democrático de Direito, tendo em conta os princípios da transparência e da participação popular, como fatores imprescindíveis para que os governos – e os serviços públicos – tornem-se mais responsáveis perante o cidadão. Quanto mais consolidados e reconhecidos os valores democráticos como igualdade, dignidade humana, participação e representatividade mais intensa será a participação popular e o exercício do controle social (MILLESKI, 2003, p.191-193).





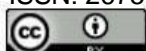
No âmbito do Maciço de Baturité, a Coordenadora de gestão do Crede 8, no início dos anos 2000, manifesta-se sobre o significado da política de gestão democrática, em relação ao papel do Conselho Escolar, fazendo a seguinte consideração:

Antes do fortalecimento da política de gestão democrática na escola pública, os conselhos escolares eram tidos como meros colaboradores do núcleo gestor das questões administrativas, dentre elas, assinar documentos, quando solicitados. A partir de 2001, com a proposta de fortalecimento dos conselhos, eles passam a voltar-se para o fazer pedagógico da escola (Entrevista concedida à pesquisadora em 2003).

Percebe-se, pelo depoimento da coordenadora, que o Conselho Escolar vem passando por um processo de fortalecimento ao longo do tempo. Em verdade, os Conselhos Escolares vêm desenvolvendo suas ações de forma mais abrangente, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade da escola. Entendemos que “escola boa”, sem dúvida, é aquela em que seus alunos aprendem e se relacionam, de forma solidária, com os demais segmentos que a compõem. Essa convivência constitui uma dimensão importante do processo formativo do estudante. No tocante a essa questão do papel ou da importância dos Conselhos Escolares, a coordenadora de gestão do Crede 8, no período posterior a 2002, assim apresenta sua concepção:

A gestão democrática na escola pública não é implantada por decreto; ela requer participação e um trabalho árduo de mobilização e sensibilização das diferentes pessoas que compõem a escola pública. Quando assumi a coordenação de gestão do CREDE 8, o processo de gestão democrática já havia sido implantado nas escolas e a gente tratou de contribuir com a implementação das ações referentes à gestão, seguindo sempre as orientações da SEDUC. (Entrevista concedida à pesquisadora em outubro de 2006).

Através de suas palavras, a coordenadora configura o desafio da gestão democrática na escola pública a partir do momento que não se trata apenas de uma determinação das instâncias superiores, mas, sim, de uma vontade política de gestores e atores sociais em assumir, com responsabilidade e de forma participativa, a gestão da escola, buscando, assim, a melhoria da qualidade da mesma. Sem dúvida, a mudança de paradigma na escola pública de uma prática autoritária, patrimonialista para uma gestão democrática, participativa, requer muito empenho, compromisso, determinação e o sonho



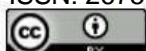


de ver a coisa pública ser gerida com a participação do cidadão. Ao longo dos mandatos referentes ao governo das mudanças, percebe-se a permanência da ênfase com a questão do fortalecimento da gestão democrática.

As contribuições acima precisam ser consideradas no processo de consolidação da gestão democrática na escola pública. São questões cruciais que só serão elucidadas ou superadas através da ação consciente, cidadã, reflexiva e propositiva da sociedade organizada. E, essas reflexões precisam estar presentes na vida dos Conselhos Escolares, já que a eles compete legalmente o direito de deliberar, consultar, fiscalizar e avaliar as ações pertinentes ao cotidiano escolar. Apesar das fragilidades e limites identificados no processo de fortalecimento da Gestão Democrática a partir da criação dos Conselhos Escolares, é possível registrar aspectos alentadores que sinalizam para possibilidades na efetivação da política de gestão democrática, através destes mecanismos. A coordenadora da CAGE faz o seguinte registro:

Na verdade, compreendo que a implantação dos conselhos escolares que estava se desenrolando, aquela época, se dava muito por conta da exigência legal, mas também entendia e via com clareza a existência de espaços de construção coletiva e de formação política na estruturação dos conselhos escolares (Entrevista concedida a pesquisadora em outubro/2004).

Por fim, identifica-se que, no contexto da educação cearense, a gestão democrática da escola se tornou um paradigma a ser perseguido pelos implementadores da política com mudanças de comportamento e de posturas dos diversos atores responsáveis pela gestão educacional. Sem dúvida, por vezes, o movimento empreendido nessa direção parece lento - até adormecido, em alguns casos - mas, é também, inquestionável que decisões deliberadas nesse sentido sinalizam a construção de um novo modelo de gestão mais participativa e, portanto, democrática. Para que a gestão democrática realmente se consolide no interior das relações educacionais, se faz necessário um processo de construção diária. É necessário investir na formação política e pedagógica de todos os segmentos que compõe a escola, desde o segmento professor, funcionário, alunos até os segmentos pais e comunidade.





3.2 Resgate dos olhares dos conselheiros: reflexões críticas da experiência

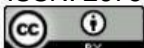
Na perspectiva de ampliar a visão sobre a dinâmica de funcionamento dos Conselhos Escolares das duas escolas, resgato olhares dos diferentes segmentos que compõem estes Conselhos, buscando identificar para onde esses olhares apontam, na perspectiva de compreender melhor a dinâmica de funcionamento destes conselhos.

Nessa perspectiva, retomo a visão dos sujeitos que fazem o Conselho Escolar A para pensá-lo no contexto da escola. De início, trago a opinião de conselheiros sobre a importância do Conselho Escolar, na qualidade de instrumento de gestão democrática na escola pública. A conselheira representante do segmento “funcionários” traz a seguinte opinião

Eu achava que tudo isso era ilusão, mas na verdade, é muito importante porque a gente fica por dentro de tudo que acontece na escola. É uma reforma; é um dinheiro que vem; pra onde vai aquela verba; o que tá precisando ser reformado dentro da escola; se é uma porta; o desempenho todinho pra que é aquela verba. Toda a merenda escolar tem o cardápio do dia, aí quando vem a gente faz todo o cardápio, a gente sabe cadê o dinheiro que a Diretora recebeu. E ela empregou em que? O que ela fez? (Entrevista concedida à pesquisadora em setembro de 2006.

Na fala inicial da funcionária, identificamos que a mesma assumia uma postura de descrédito diante do papel do Conselho Escolar antes de participar do mesmo. No entanto, ao fazer parte do colegiado e se fazer presente nas reuniões, com assiduidade, passou a valorizá-lo e considerá-lo como um instrumento muito importante no que diz respeito à partilha de informações e decisões tomadas na escola para melhoria de seu funcionamento. É animador ouvi-la, pois demonstra interesse e acredita que sua ação no Conselho, junto com os demais representantes, pode contribuir com a mudança da escola que tanto almeja. Percebo na sua fala, algo valoroso em termos de participação que, a meu ver, precisa estar presente em todos os representantes de um colegiado que busca, justamente, promover mudanças significativas na vida escolar.

Quanto ao representante do segmento dos professores, o seu depoimento é o seguinte:





Função do Conselho é de ajudar na administração da escola, nas decisões e, aqui no Monsenhor Manuel Cândido, ele é muito presente. Todas as decisões da escola a gente se reúne, todos os meses, a gente se reúne para as reuniões extras... Qualquer decisão que ela (diretora) vai tomar, a gente se reúne para tomar as decisões juntas (Entrevista concedida à pesquisadora em setembro de 2006).

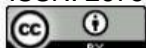
Nesta fala da professora, é importante destacar a ideia de Conselho Escolar como órgão auxiliar do processo de administração da escola bem como espaço de partilha das decisões a serem tomadas em seu cotidiano. Isso não significa dizer que o C.E substituirá a direção da escola, mas que a gestão escolar assume uma nova postura em sua administração que, por ser pública, deve passar pela escuta leal do usuário, o cidadão. A tomada de decisões de forma compartilhada faz parte do processo de gestão democrática da escola pública e a existência efetiva do C.E. favorece essa realização, contribuindo, sobremaneira, com a superação de entraves presentes no cotidiano escolar e fortalecendo o exercício da prática democrática.

Compreende-se, a partir de então, que a atuação da diretora é muito forte no sentido de fazer acontecer as reuniões do Conselho, de apresentar as sugestões para as pautas, de partilhar as informações e propostas para a resolução de alguns desafios, de animar o grupo para o fazer coletivo. É possível constatar que ainda são incipientes as posturas propositivas dos demais membros do Conselho Escolar.

A fala do representante da categoria pais confirma essa reflexão,

O conselho que eu participo, eu acho muito importante. Eu acho que nós somos todos compromissados; tem aquele compromisso de acompanhar nos encontros, em todas as reuniões, basta só a diretora mandar o convite, todos estão lá, graças a Deus. Eu acho muito importante isso (Entrevista concedida à pesquisadora em setembro de 2006).

É importante, também, identificar na fala do representante dos pais, o fato considerável de se perceber hoje a presença dos pais na escola pública para pensar e decidir sobre as questões referentes à vida escolar de seu filho, pois como bem lembra Antunes, “tradicionalmente, a família é chamada a ir à escola apenas para receber notas e admoestações, ajudar na organização de festinhas, normalmente para arrecadar fundos e atender a prioridades quase sempre definidas por outros (ANTUNES, 2002, p. 74).





A diretora, em sua entrevista, também expressa essa presença salutar dos pais e registra esse fato como determinante para o sucesso escolar,

Outro registro maravilhoso que eu faço é sobre a participação dos conselheiros que representam o segmento dos pais. Nossa escola, de certa forma, foi beneficiada com pais atuantes e participativos na medida do possível. A presença dos pais na escola me deixa extremamente feliz: eles estão vindo realmente como voluntários, estão saindo do trabalho deles para participar dos encontros, para partilharmos a nossa rotina com eles; então eu acho um mérito muito grande para os pais (Entrevista concedida à pesquisadora em 2006).

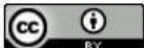
18

Dessa forma, percebe-se que a presença sistemática de representantes dos pais na vida da escola, a partir da atuação no C.E, é salutar para ambos os lados, pois, assim, aprendem a conviver no cotidiano da escola e a contribuir para a melhoria da educação da escola de seus filhos.

Para a representante do segmento aluno, a existência do Conselho Escolar, favorece a resolução de problemas melhorando, assim, a atuação da escola. Assim diz a aluna, “Se não tivesse conselho, faria muita falta pro colégio. Porque eles que tomam a decisão do colégio, para melhorar cada vez mais.”

É importante identificar que mudanças já são percebidas na gestão da escola pública, pois, sem dúvida alguma, há 20 anos, antes do processo de democratização da gestão da escola, nenhum aluno, ou qualquer segmento que compõe a escola, identificaria que um colegiado é quem toma as decisões sobre os rumos da vida escolar. Sabe-se que, historicamente, coube ao diretor a decisão por todas as questões. No entanto, esse cenário começa a mudar lentamente.

Diante das falas, percebe-se que a comunidade começa a assumir, ou compartilhar com o núcleo gestor, as responsabilidades de cunho administrativo, financeiro e até pedagógico da escola. Entretanto, é oportuno registrar a ênfase no aspecto administrativo-financeiro, e essa questão precisa ser discutida e ampliada, pois o foco da escola é o pedagógico, é sua função social de educar os jovens, e educá-los para a democracia e a vivência cidadã.





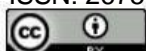
Ouvindo o depoimento da representante da comunidade, percebe-se a admiração que a mesma tem pela escola A por conta de, efetivamente, conseguir que o C.E tenha vida. Assim, a mesma relata:

Gostei de ter participado dessa experiência que eu nunca tinha visto em escola nenhuma, aliás, eu só lecionei no 2º grau e lá a gente não ouvia nem falar de Conselho Escolar.... E em resumo, eu acho que ali na escola a gente pode sentir mesmo que existe Conselho Escolar porque é uma das escolas que mais funciona esse conselho: existem muitos pontos positivos. (Entrevista concedida à pesquisadora, em 2006).

A fala de entusiasmo da representante do segmento sociedade civil denota que a atuação do Conselho Escolar da escola A é efetiva e que se destaca na região. Percebe-se, no entanto, que a existência e efetividade da proposta de atuação dos Conselhos Escolares como instrumento de gestão democrática nas escolas públicas da região - para não falar de forma mais abrangente já que o estudo não tem essa dimensão estadual - ainda não se dá de forma atuante em todas as unidades escolares. Parece que a proposta empreendida pelos implementadores da política de gestão democrática não foi incorporado verdadeiramente por todas as escolas públicas.

Quanto ao processo de escolha dos representantes para compor o C.E a representante do segmento pais relata como se deu esse processo. “Foi assim, foi voto. Votando mesmo. Votava na urna, tinha umas urninhas, colocava o voto dentro e depois contava os votos” (Entrevista concedida à pesquisadora, em 2006).

Tratando da dinâmica de funcionamento do Conselho Escolar, percebe-se que nos dois períodos não acontece de forma favorável à regularidade das reuniões. Não há registro de reuniões sistemáticas nas atas e as falas dos conselheiros também confirmam essa não sistematização das reuniões. O representante do segmento aluno, no primeiro período de criação do C.E faz este registro: “o que eu me lembro é que só aconteciam reuniões quando nós éramos convocados pela direção, não tinha dia certo, já marcado anteriormente” (Entrevista do aluno, ex-conselheiro, concedida a pesquisadora em 2006).





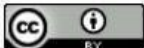
Na mesma direção se manifesta a representante do segmento aluno. Faz a seguinte referência: “não tinha data certa para as reuniões, ai quando marcavam nem todos podiam participar, ai prejudicava a reunião” (Entrevista concedida a pesquisadora em 2006).

A fala do ex-diretor corrobora com essa questão, quando ele diz:

O Conselho Escolar não tinha reuniões sistemáticas, era convocado mais quando se deparavam com alguma novidade, ou algum problema. Mas, é importante registrar que algumas pessoas do Conselho Escolar, tipo segmento pais, na pessoa do presidente do Conselho Escolar, ele era muito presente, e como possuía uma característica de muito questionador, “briguento”, quando o mesmo via algo que não aceitava, reclamava logo (Entrevista concedida a pesquisadora em setembro de 2006).

Os pronunciamentos referentes ao processo participativo dos Conselheiros Escolares da escola B parecem tratar de algo vago, abstrato, sem muita consistência pedagógica e política, que ocorre esporadicamente quando convocados pela direção. A não sistematização das reuniões, inviabiliza a formação de uma cultura de participação no âmbito escolar. Entretanto, para alguns analistas, ressaltam que, mesmo que a comunidade não tenha oportunidade de vivenciar formas sistemáticas de participação e não perceba de imediato a necessidade de se envolver mais ativamente na gestão escolar, o fato de ser convocada pela direção esporadicamente para participar, leva a uma aprendizagem democrática. Em outras palavras, com o tempo e a prática a própria comunidade perceberá a importância de sua participação, demandando a sua ampliação.

Fazendo um balanço de tudo que aqui foi posto, através dos olhares dos conselheiros, percebe-se, que no conjunto dos depoimentos citados, os entrevistados apontam para algumas mudanças no sistema de gestão da rede estadual. Mudanças que foram responsáveis, como cita Jesuíno, (2006) por rompimentos de cultura e paradigma gerencial, de acordo com o período das transformações políticas do País e da América Latina, que tutelaram a escola como a grande responsável pelos rumos da educação na rede pública. Foi mais simples começar pela gestão, uma vez que a redução dos gastos com educação era para valer.



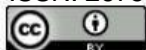


4 Considerações finais

O processo da democratização da escola no Ceará contemporâneo existe, como parte constituinte da realidade estudada. No entanto, na sua efetivação, este processo articula-se com um outro que é o de Ajuste neoliberal. Este ajuste propaga a secundarização da política, impulsionando todas as questões para uma compreensão de mercado, concebendo-as no âmbito de critérios meramente técnicos. A perspectiva é modernizar e maximizar tecnicamente à gestão homogeneizada num sistema de consenso. Esse discurso contribuiu, sobremaneira, com o esvaziamento da dimensão política presente na área educacional. É importante dizer que o processo de Ajuste estrutural no Estado do Ceará – década de 90 – propagou-se de forma intensa, sendo inclusive tomado como ‘modelo’ para o próprio Estado Brasileiro. Encontra-se em determinados estudos, a utilização da expressão ‘laboratório das políticas neoliberais’ quando se referem ao Estado do Ceará. Essa realidade consubstancia-se pelo fato, de que, desde cedo – meados da década de 1980 – o Ceará é governado por um grupo político que passa a gerenciar a coisa pública como se fosse uma empresa, pautado na lógica mercantil, preconizada pela política neoliberal. A ênfase é nas questões relacionadas a custo/benefício, redução de gastos no social, flexibilização dos direitos trabalhistas, gerencia da qualidade total.

Tendo isto posto, podemos afirmar que essa via analítica foi muito propícia para o desenvolvimento e amadurecimento deste trabalho, permitindo-nos entender com mais criticidade, como o contexto de mudanças foi se desenvolvendo no Ceará e em Baturité – lócus da pesquisa - de modo especial no que diz respeito às mudanças ocorridas na Política Educacional.

Afirma-se, no cenário de Baturité, um momento marcado por uma euforia e convites à participação. Nesse sentido, levado pelos ventos democráticos, se dá a criação/revitalização de vários conselhos de políticas públicas. É nesse período também que surgem os primeiros Conselhos Escolares nas escolas públicas estaduais e,



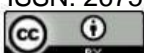


posteriormente, municipais, bem como a adesão do município à proposta da Secretaria de Educação Básica do Ceará de concurso único e eleição para diretores escolares.

Neste sentido, assumimos o indicativo de que a participação dos pais, em instâncias organizadas externas à escola, é capaz de dar outra qualidade ao funcionamento dos colegiados, dado o exercício político vivenciado em outros espaços públicos. Nesse sentido, essa afirmação pode sinalizar para a necessidade de buscar ampliar a articulação entre unidade escolar e essas associações da comunidade onde a escola se situa.

Chamamos a atenção para o distanciamento do segmento professor, do processo de efetivação da gestão democrática a partir dos Conselhos estudados. Vale refletir sobre a realidade do professor da escola pública hoje. Como esse professor está sendo vilipendiado em seu cotidiano, resultando na perda da paixão pela prática política pedagógica. Essa realidade de desencanto tem uma direta relação com o cenário das políticas neoliberais, que submete o professor a situações de extrema desvalorização e flexibilização dos direitos trabalhistas. A questão do professor temporário é uma realidade perversa que se implantou na escola pública cearense nos últimos anos e que nega direitos fundamentais ao professorado.

Registramos nesse artigo que a hegemonia do projeto neoliberal aliado às propostas de minimização do Estado implica numa redução do espaço público e da cidadania participativa, trazendo consequências extremamente negativas para a formação e efetivação dos Conselhos Escolares. No entanto, temos a clareza que a hegemonia neoliberal, por mais força que demonstre na atual conjuntura, constitui-se contraditoriamente, abrindo espaço para uma contra hegemonia de cunho social e democrático. É preciso, no entanto, escapar do tipo de raciocínio que se fixa num presente que se apresenta como contínuo que desconsidera a história, as lutas sociais e suas conquistas e, desenhar uma utopia de nova sociedade. Para isso se faz necessário recuperar a noção de processo histórico e reconhecer que o fundamental no desenho das sociedades é a ação coletiva dos seus cidadãos.





Referências bibliográficas

AFFONSO, Rui de Brito A. A crise da Federação no Brasil. **Ensaio**, FEE, Porto Alegre (15) 2 321-337, 1994.

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho?** como organizar o colegiado escolar. São Paulo; Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. – (Guia da escola cidadã, 8).

BRAGA, Douglas Gerson. **Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. 193 p. BRAGA, M. Margarete S. de Carvalho. Escola Pública e vontade política – Icapuí – CE: uma escola possível para os filhos da classe trabalhadora? Fortaleza: UFC / Dissertação de Mestrado em educação brasileira. 1998.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, de 3 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394, de 1996**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1997.

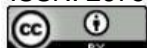
CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Radicalizar a democracia: o desafio da reinvenção da política em tempos de ajuste. **Revista de Políticas Públicas**, v. 08, p. 07-21, 2004. 261.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Transformações no Estado: Políticas de ajuste e governos de esquerda na América Latina. (participação na mesa “Estado e Movimentos Políticos na América Latina” Seminário Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina/RUPAL) 11 de agosto de 2004. (mimeo) _____. Inserção do Brasil na nova ordem do capital: a experiência do ajuste em questão. In: BRAGA, Elza Maria Franco. (Org). **América Latina transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: UFC, 2003.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. As Políticas públicas no Brasil contemporâneo: relação Estado Sociedade. **Mimeografado**. [S.l.: s.n], 2002.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Globalização em questão: Subsídios para análise do mundo que vivemos. In: RIGOTTO, Raquel Maria. (Org.). **As tramas da (in)sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará**. Fortaleza: INEP, 2001.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O “Brasil Real” em questão: em resgate crítico de cientistas sociais**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 1999.





CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: POLIS, 1998.

CARVALHO, J. M. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CEARÁ. **Lei n. 12452, de 16 de junho de 1995**. Diário Oficial [do] Estado do Ceará, Fortaleza: 1995.

24

CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento Humano e Educação**: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996. (Coleção Prospectiva).

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. 267.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros inscritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5 ed. São Paulo: (Coleção Questões da nossa época, 23), Cortez, 2001.

GRUPP, Peter. **A democracia como desafio no fim do século**. São Paulo: Fundação Konrad- Adenauer- Steftung, 1993.

HORA, D. L. da. **Gestão democrática na escola**. Campinas: Papyrus, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do atraso**. 2 ed, São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDES, José Ernani. **Professor Municipal**: Entre as Políticas e as Trajetórias Pessoais. Tese de Doutorado em Educação Brasileira. UFC, 2005.

MILESKI, Helio Saul. **O controle da gestão pública**. São Paulo: RT, 2003. MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec; São Paulo: Abrasco, 1992.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselhos Escolares**: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Secretaria de Educação Básica, Brasília-DF: novembro 2004.

NEVES, Carmem M. de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Projeto político – pedagógico da escola**. Campinas: Papyrus, 1996.

25

PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PEREIRA, Sônia. **A Contribuição do homem simples na construção da esfera pública**: os trabalhadores rurais de Baturité – CE. 2002. xf. Tese (Doutorado em Sociologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002.

RANCIERE, Jacques. O Desentendimento: Política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

REBOUÇAS, Osmundo; et al. Compartilhada: O pacto do Ceará. Rio de Janeiro: Qualitymarx Editora, 1999. **Planejamento e políticas públicas**. IPEA, nº 5, p. 87-104. 1991.

ⁱ **Ana Cláudia Lima de Assis**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9988-6697>

Universidade Federal do Ceará

Graduada em Licenciatura Plena em Disciplinas Específicas do Ensino Básico pela Universidade Estadual do Ceará e em Serviço Social pela UECE. Pós-Graduada em Gestão Escolar. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC. Professora do Governo do Estado do Ceará.

Contribuição de autoria: Autora da dissertação de mestrado que deu origem ao artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146269398517244>

E-mail: claudiassis2003@yahoo.com.br

ⁱⁱ **João Batista Lima de Assis**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8439-7014>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Mestrando em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino-POSENSINO. Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do CE, bacharel em Direito pela Universidade Federal do CE. Professor concursado das redes públicas municipal de Baturité e do estado do CE

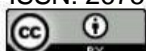
Contribuição de autoria: na coleta de dados para a pesquisa e com crítica ao trabalho.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/87819012138713>

E-mail: batistassis@gmail.com

ⁱⁱⁱ **Jean Mac Cole Tavares Santos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7800-8350>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia





Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. É professor Adjunto IV do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação/UERN. Professor do POSENSINO, Mestrado em Ensino, em associação UERN/UFERSA/IFRN. É tutor do PET Pedagogia. É líder do Grupo de Pesquisa Contexto e Educação (UERN/CNPq).

Contribuição de autoria: na orientação e análise crítica

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4363681764477044>

E-mail: macolle@hotmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Lia Machado Fiuza Fialho

Como citar este artigo (ABNT):

ASSIS, Ana Cláudia Lima de; ASSIS, João Batista Lima de; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. A gestão democrática via conselhos escolares: análise de experiências em Baturité. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 2, e324786, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.47149/pemo.v3i2.4786>

Recebido em 05 de fevereiro de 2021.

Aceito em 11 de fevereiro de 2021.

Publicado em 12 de fevereiro de 2021.

